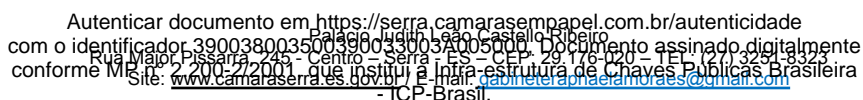




A vereadora que esta subscreve vem, pelas prerrogativas garantidas na Lei Orgânica do Município, após ser dada ciência ao Plenário desta Casa de Leis, requerer que seja encaminhado ao Chefe do Poder Executivo Municipal o seguinte:

ESTABELECE DIRETRIZES PARA O COMBATE À PEDOFILIA NA INTERNET.

Art. 8º Ato do Poder Executivo regulamentará esta Lei, inclusive quanto às sanções que serão impostas.





**CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DA VEREADORA RAPHAELA MORAES**

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões “Flodoaldo Borges Miguel”, em 09 de abril de 2025.

RAPHAELA MORAES

Vereadora
Toda vida importa



Autenticar documento em <https://serra.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 3900380035003900330054005000. Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira
Site: www.camaraserra.es.gov.br e-mail: gabineteraphaelamoraes@camara.com.br
- ICP-Brasil.





**CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DA VEREADORA RAPHAELA MORAES**

JUSTIFICATIVA

A presente proposta de lei visa estabelecer diretrizes fundamentais para o combate à pedofilia na internet no âmbito do município. A pedofilia na internet é uma grave forma de exploração sexual de crianças e adolescentes que ocorre por meio de recursos tecnológicos, tais como redes sociais, aplicativos de mensagens, sites, fóruns e outros meios digitais.

Este fenômeno representa uma ameaça significativa à segurança e bem-estar das crianças e adolescentes, exigindo uma resposta coordenada e eficaz por parte das autoridades municipais.

É fundamental que o combate à pedofilia na *internet* seja realizado de forma integrada entre os diversos órgãos municipais responsáveis pela segurança pública, assistência social, educação, saúde e tecnologia da informação, em colaboração com entidades da sociedade civil e órgãos estaduais e federais competentes. Somente por meio dessa abordagem coordenada e cooperativa será possível enfrentar efetivamente esse desafio complexo e multifacetado.

A promoção de campanhas educativas e de conscientização sobre os riscos da pedofilia na *internet* é essencial para informar a população em geral, bem como pais, cuidadores, educadores e crianças, sobre medidas de prevenção e como identificar e denunciar casos suspeitos. Além disso, a criação de canais de denúncia anônima garantirá que os cidadãos possam reportar casos de pedofilia na internet de forma segura e confidencial, contribuindo para a identificação e punição dos responsáveis.

A regulamentação de estabelecimentos comerciais que oferecem acesso à *internet*, como lan houses, cyber cafés, bares e restaurantes, é outra medida importante para prevenir o acesso de crianças e adolescentes a conteúdos pornográficos e sites com potencial de exploração sexual infantil. Ademais, a capacitação e treinamento de profissionais das áreas da educação, saúde, assistência social e segurança pública são fundamentais para identificar sinais de abuso sexual infantil e prestar apoio adequado às vítimas e suas famílias.

Portanto, a presente proposta de lei visa criar um arcabouço legal sólido e abrangente para enfrentar o problema da pedofilia na internet, protegendo assim nossas crianças e adolescentes contra essa forma repugnante de violência e exploração.

Por todo o exposto, conto com o apoio dos meus pares para a aprovação deste importante projeto de lei.

